



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAIBA**  
**PRÓ-REITORIA DE ENSINO MÉDIO, TÉCNICO E EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA**  
**CURSO DE PEDAGOGIA/PARFOR/CAPES/UAB**

**CRISTIANE AMARANTE**

**ANÁLISE DO PROJETO POLITICO PEDAGÓGICO DA E.M.E.I.E.F.**  
**FRANCISCO MENDES – RIACHÃO DO POÇO – PB**

GUARABIRA

2014

**CRISTIANE AMARANTE**

**ANÁLISE DO PROJETO POLITICO PEDAGÓGICO DA E.M.E.I.E.F.  
FRANCISCO MENDES, RIACHÃO DO POÇO – PB**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Universidade Estadual da Paraíba como requisito parcial para a obtenção do título de Licenciatura Plena em Pedagogia.

**Orientadora:** Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup>. Taíses Araújo da Silva Alves

GUARABIRA-PB

2014

É expressamente proibida a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano da dissertação.

A485a Amarante, Cristiane  
Análise do projeto político pedagógico da E.M.E.I.E.F.  
Francisco Mendes Riachão do Poço-PB [manuscrito] : / Cristiane  
Amarante. - 2014.

19 p.

Digitado.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Pedagogia  
EAD) - Universidade Estadual da Paraíba, Pró-Reitoria de Ensino  
Médio, Técnico e Educação à Distância, 2014.

"Orientação: Taises Araújo da Silva Alves, Secretaria de  
Educação à Distância".

1. Gestão Democrática. 2. Projeto Político-Pedagógico. 3.  
Escola. I. Título.

21. ed. CDD 371.207

CRISTIANE AMARANTE

Trabalho de Conclusão de Curso  
apresentado à Universidade Estadual da  
Paraíba como requisito parcial para a  
obtenção do título de Licenciatura Plena  
em Pedagogia.

Aprovada em 02 / Agosto / 2014

Nota: 8,0

**BANCA EXAMINADORA**

Profª Drª. Taíses Araújo da Silva Alves/UEPB  
Orientadora

Prof. Dr. Belarmino Mariano Neto

Examinador (a)

Profª. Ms. Luana Anastácia Santos Lima

Examinador (b)

## **AGRADECIMENTOS**

A Deus, o que seria de mim sem a fé que eu tenho nele.

Aos meus pais, irmão e a toda minha família que, com muito carinho e apoio, não mediram esforços para que eu chegasse até esta etapa de minha vida.

À professora Taíses Araújo pela paciência na orientação e incentivo que tornaram possível a conclusão desta estudo.

À professora e coordenadora do curso, pelo convívio, pelo apoio, pela compreensão e pela amizade.

A todos os professores do curso, que foram tão importantes na minha vida acadêmica e no desenvolvimento desta monografia.

Aos amigos e colegas, pelo incentivo e pelo apoio constantes.

O projeto pedagógico não é uma peça burocrática e sim um instrumento de gestão e de compromisso político e pedagógico coletivo. Não é feito para ser mandado para alguém ou algum setor, mas sim para ser usado como referência para as lutas da escola. É um resumo das condições e funcionamento da escola e ao mesmo tempo um diagnóstico seguido de compromissos aceitos e firmados pela escola consigo mesma – sob o olhar atento do poder público.

L. C. Freitas

# **ANÁLISE DO PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO DA E.M.E.I.E.F. FRANCISCO MENDES, RIACHÃO DO POÇO – PB**

Cristiane Amarante

## **RESUMO**

A institucionalização da democracia tem estimulado o processo de mudanças na forma de gerir escolas no Brasil, redistribuindo responsabilidades através da participação da comunidade escolar, por meio da construção de um Projeto Político-Pedagógico (PPP) compromissado com a promoção de uma educação de qualidade para todos. Este artigo busca analisar o Projeto Político-Pedagógico da Escola Municipal de Educação Infantil e Ensino Fundamental Francisco Mendes, localizada no Assentamento Chico Mendes – Riachão do Poço – PB, considerando o processo vivenciado para sua construção. Quanto a metodologia, trata-se de uma Pesquisa Qualitativa, de caráter descritivo e bibliográfico, realizada através de Observação Participante. A fundamentação teórica foi elaborada com base nas contribuições dos principais estudiosos da área, tais como: Veiga (1995,1998) Gandin (2014), Vasconcelos (2004), dentre outros. Acredita-se que o PPP é um dos mais importantes instrumentos de construção da identidade de cada escola, fazendo com que esta exerça o seu direito à diferença, à singularidade, à transparência, à solidariedade e à participação, na rede.

**Palavras-chave:** Gestão Democrática. Projeto Político-Pedagógico. Escola.

## **1 INTRODUÇÃO**

A realidade educacional do nosso sistema tem alguns fatores dos quais a escola precisa executar para ter um bom funcionamento e bons resultados no processo de ensino e aprendizagem. Um dos documentos essenciais para um harmonioso desenvolvimento institucional é o Projeto Político-Pedagógico que deve ser utilizado como uma bússola para guiar as ações que a escola promoverá durante todo o ano letivo.

O planejamento é um procedimento que provoca escolhas, alternativas para construção de uma realidade, num futuro próximo. Embora o procedimento do planejamento ocorra a todo o momento na escola, é importante que as alternativas admitidas coletivamente estejam concretizadas em um documento que, na prática, recebe vários nomes: planejamento pedagógico, proposta pedagógica, projeto

político-pedagógico, projeto pedagógico, projeto pedagógico-curricular ou plano da escola.

Nossa motivação para o estudo deste tema, deve-se ao fato de acreditarmos que o PPP é um dos mais importantes instrumentos de construção da identidade de cada escola, fazendo com que esta exerça o seu direito à diferença, à singularidade, à transparência, à solidariedade e à participação, na rede.

Este estudo tem como objetivo analisar o Projeto Político Pedagógico da Escola Municipal de Educação Infantil e Ensino Fundamental Francisco Mendes, considerando o processo vivenciado para sua construção. Para consecução deste objetivo iremos refletir sobre o processo de Gestão Democrática da escola Pública e sua relação com o Projeto Político-Pedagógico; identificar as partes fundamentais que compõem a estrutura do PPP da escola, segundo a literatura da área; analisar o PPP da escola a partir dos fundamentos teóricos deste estudo.

O artigo está organizado por uma fundamentação teórica que fortalece o estudo em questão, de uma reflexão acerca da estrutura do PPP e da gestão democrática e do planejamento escolar, destacando a função do referido documento para o funcionamento da escola. A metodologia qualitativa para verificar o caráter estrutural e composição do PPP da E.M.E.I.E.F. Francisco Mendes.

## **2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA**

### **2.1 Gestão Democrática da Escola Pública**

As bases legais, hoje existentes, indicam o sentido mais profundo do princípio da gestão democrática do ensino público, que tem sido objeto de discussão desde a Constituição Federal de 1988, quando instituiu a gestão democrática como preceito para uma nova ordem a ser implantada e exercida nas escolas brasileiras. Foi no ano de 1996, que a Lei nº 9394/96, das Diretrizes e Bases da Educação Nacional consolidou a obrigatoriedade de ser implantada a gestão democrática em todas as unidades públicas de ensino, como um mecanismo que possibilita atender às aspirações de uma sociedade que quer ser mais atuante e participativa nos destinos da educação.

A nova ordem social, inclusive a relação de poder entre Estado e a sociedade quanto à política para a educação, tem exigido dessa relação de poder uma nova



postura no âmbito da administração. A gestão da escola deve contribuir para a construção do conhecimento, destacando a formação cidadã do educando.

A Constituição Federal/88 estabeleceu princípios para a educação brasileira, dentre eles: obrigatoriedade, gratuidade, liberdade, igualdade e gestão democrática, sendo esses regulamentados através de leis complementares.” Então quando falamos em gestão democrática, não é algo que devemos ter por ter, mais que deve existir por ser um direito e ser praticada por ser um dever. Por isto é tão importante dialogarmos para que nossas escolas tenham esse pensamento democrático. Uma das principais características da gestão democrática é o diálogo, pois é através dele que conseguimos expressar e melhorar nossas ideias e opiniões, e a escola entra como um ponto bastante favorável, pois é nela que unem-se diferentes culturas, propiciando o desenvolvimento do respeito ao próximo, de opinar e lutar a favor de seus direitos e ser capaz de desenvolver de forma prazerosa seus deveres.

[...] a escola é considerada como um espaço da esfera pública, cuja deliberação das ações pode se dar através de práticas discursivas participativas, com respeito às diferenças entre os diferentes grupos que compõem a comunidade escolar (MARQUES, 2007, p. 73).

Para a escola está aberta para implementação de uma gestão democrática é preciso que sua equipe esteja preparada e disposta a mudanças de atitudes diante da proposta intitulada Os quatro segredos da gestão eficaz, os pontos para a qualidade na gestão são: “A formação dos gestores; A capacidade do diretor de integrar todas as áreas de atuação no dia a dia; A atenção dedicada às metas de aprendizagem, medidas nas avaliações externas; A habilidade para criar um clima positivo de trabalho na escola” (HEIDRICH; RODRIGUES, 2011, p. 1).

“A escola é vista como um espaço de livre articulação de ideias” (PAULA; SCHNECKENBERG, 2008, p. 3). As ideias fluem de mentes abertas e pensantes, se a direção e toda a comunidade escolar não tiverem um bom relacionamento não haverá uma gestão harmoniosa.

A gestão democrática implica primeiramente o repensar da estrutura de poder da escola, tendo em vista sua socialização. A socialização do poder propicia a prática de participação coletiva, que atenua o individualismo da reciprocidade, que supera a expressão da autonomia, que anula a dependência, de órgão intermediário que elaboram políticas educacionais tais qual a escola é mera executora (VEIGA, 2001 *apud* PAULA; SCHNECKENBERG, 2008, p. 4).

Com tantas mudanças e com a diversidade de novas tecnologias, a escola deve estar atenta, preparada para interagir e integrar-se a esse novo público, a fim de conceber métodos bem definidos a partir de uma proposta pedagógica que preze o aprendizado e o desenvolvimento social. A escola, nesse sentido, é, ou deve ser um meio através do qual o indivíduo possa socializar suas opiniões.

Na atualidade percebemos que a educação surge com mais intensidade e com mais vontade de melhoria no ensino aprendizagem do nosso alunado, dessa forma, devemos observar e pesquisar conceitos e propostas concretas que possam ajudar-nos em nosso cotidiano educacional. Por isto as instituições devem deixar bem claras suas propostas, reconhecer bem seu contexto social, e as condições sociais que seu alunado pertence, para que assim tenhamos um equilíbrio satisfatório entre o ensino aprendizagem.

A questão democrática pressupõe autonomia da escola. Autonomia significa a capacidade das pessoas e dos grupos para a livre determinação da condução da própria vida. A autonomia garante à escola a condição de uma identidade própria, levando em conta as características e as diferenças regionais. Uma verdadeira ação educativa na escola deve, necessariamente, buscar o desenvolvimento da autonomia.

No Art. 15 é tratada a questão da autonomia escolar em dispositivo que prevê: “os sistemas de ensino assegurarão às unidades escolares públicas de educação básica que os integram progressivos graus de autonomia pedagógica e administrativa e de gestão financeira, observadas as normas gerais de direito financeiro público”. Isto significa que os estabelecimentos de ensino, quanto à sua tarefa de possibilitar a aprendizagem dos estudantes, gozam da autonomia pedagógica, para o que os sistemas de ensino assegurem crescentes graus e diversas formas de apoio.

Segundo Texeira (2002, p.160), “à escola é permitido a adaptação à sua realidade, conforme proposta pedagógica elaborada com a participação do pessoal da escola e da comunidade”. Essa possibilidade é reforçada pelos Artigos 23 e 24, permitindo que cada unidade escolar busque os meios adequados para melhorar a qualidade do ensino que ministra. Ainda, revela que no caso do estabelecimento de ensino, as autonomias pedagógica, administrativa e a de gestão financeira trazem novas competências a serem assumidas pelo diretor e por todo o pessoal da escola,

que, de forma coletiva, deve definir o PPP da escola e os meios de transformar em realidade as propostas nele contidas.

O projeto de uma sociedade que seja democrática nas suas relações sociais e econômicas supõe uma concepção ampla de educação, entendida como formação do cidadão ativo, apto a participar da sociedade de seu tempo. O primeiro passo para a gestão democrática é a elaboração do Projeto Político Pedagógico, que deve ser organizado com a participação de toda a comunidade escolar.

A gestão das escolas é, essencialmente, administrar a elaboração e o acompanhamento do projeto de qualidade da educação que se deseja através do PPP da escola, a fim de se caracterizar a especificidade da organização escolar. Essa especificidade precisa ser identificada a partir da leitura das demandas da sociedade e dos espaços abertos na legislação.

## **2.2 Planejamento Escolar: Um Norte para bons resultados**

O planejamento tornou-se num tema que sempre norteia o discurso da educação em uma posição muitas vezes complexa, pois a maioria concorda com a importância do ato de planejar e que sem um projeto o fazer pedagógico da escola fica sem uma direção a seguir. Porém, alguns equívocos e dificuldades ocorrem dentro deste processo de construção do Projeto Político Pedagógico e da relação do mesmo com o planejamento docente.

O planejamento como tarefa natural ao ser humano, é o processo de divisar o futuro e agir no presente para construí-lo. Assim, planejar é organizar um conjunto de ideias que representem esse futuro desejado e transformar a realidade para que esse conjunto nela se realize no todo ou em parte. (GANDIN, ano?, p. 15)

Na atualidade percebemos que a educação surge com mais intensidade e com mais vontade de melhoria no ensino aprendizagem do nosso alunado, dessa forma, devemos observar e pesquisar conceitos e propostas concretas que possam ajudar-nos em nosso cotidiano educacional. Por isto as instituições devem deixar bem claras suas propostas, reconhecer bem seu contexto social, e as condições

sociais que seu alunado pertence, para que assim tenhamos um equilíbrio satisfatório entre o ensino aprendizagem.

Para tanto, necessita-se que as instituições elaborem propostas significativas para o desenvolvimento das atividades do cotidiano educacional durante cada ano letivo. Esse planejamento culminará com a construção de um documento que deve ser seguido e organizado de acordo com as condições sociais, estruturais e filosóficas e ainda de acordo com as bases legais, para organizar todas essas informações - o Projeto Político Pedagógico (PPP). Segundo Lopes (2011), o PPP é o resultado de um processo de planejamento que define a identidade da escola e indica caminhos para ensinar com qualidade.

Alguns descuidos no processo de elaboração do projeto político-pedagógico podem prejudicar sua eficácia e devem ser evitados:- Comprar modelos prontos ou encomendar o PPP a consultores externos. "Se a própria comunidade escolar não participa da preparação do documento, não cria a ideia de pertencimento", diz Paulo Padilha, do Instituto Paulo Freire. Com o passar dos anos, visitar o arquivo somente para enviá-lo à Secretaria de Educação sem analisar com profundidade as mudanças pelas quais a escola passou e as novas necessidades dos alunos. - Deixar o PPP guardado em gavetas e em arquivos de computador. Ele deve ser acessível a todos. -Ignorar os conflitos de ideias que surgem durante os debates. Eles devem ser considerados, e as decisões, votadas democraticamente. - Confundir o PPP com relatórios de projetos institucionais - portfólios devem constar no documento, mas são apenas uma parte dele.

### **2.3 Projeto Político-Pedagógico**

Existem muitas denominações para os planos do nível escolar. Sendo a mais conhecida a Proposta Pedagógica, o Plano de Ação da Escola, o Plano Escolar, o Plano de Desenvolvimento Escolar e o Projeto Político-Pedagógico.

Neste estudo, adota-se esta última nomenclatura, por ser defendida pela maioria dos autores Gandin (2009), Vasconcelos (2004), Veiga (1998), dentre outros) que escrevem sobre a temática e por considerar que melhor atende a definição deste instrumento. As palavras que compõem o nome do documento ajudam a esclarecer seu significado: é Projeto porque reúne propostas de ação concreta a executar durante determinado período de tempo; é Político por considerar

a escola como espaço de formação de cidadãos conscientes, responsáveis e críticos, que atuarão individual e coletivamente na sociedade, modificando os rumos que ela deve seguir e é Pedagógico porque define e organiza as atividades e os projetos educativos necessários ao processo de ensino e aprendizagem.

Saviani afirma que “Com efeito, eu só posso afirmar que a educação é um ato político (contém uma dimensão política) na medida em que eu capto determinada prática como sendo primordialmente educativa e secundariamente política” (1997, p. 101). Quando temos uma sociedade em busca de uma igualdade de direitos e ações que favoreçam essa ação é preciso entender o real significado de ações políticas e ainda mais, direcionadas para o caráter educativo. A escola é um lugar social e democrático, composto pelos alunos e seus familiares, professores, funcionários e por demais membros da comunidade. “A escola deve ser um espaço onde todos participem do planejamento e execução de todas as suas ações, onde o conjunto de valores, normas e relações obedecem a uma dinâmica singular e viva” (VEIGA; RESENDE, 1998).

Não se constrói um projeto sem uma direção política, um norte, um rumo. Por isso, todo projeto pedagógico da escola é também político. O projeto pedagógico da escola é, por isso mesmo, sempre um processo inconcluso, uma etapa em direção a uma finalidade que permanece como horizonte da escola (GADOTTI, 2000).

O PPP de qualidade oportuniza, a todos, participação no processo educacional. Compreende a educação como um processo de formação do ser humano, em todas as suas dimensões: conhecimento, afetividade, sexualidade, cidadania e ética. É um documento resultante do planejamento escolar como um todo. Deve expressar as orientações gerais da escola. Ele antecipa acontecimentos, envolve estratégias e propostas práticas de ação. Indicam perspectivas, valores de orientação da ação educativa, que ideologias estão em jogo. Retratam as aspirações, ideais, e anseios da comunidade escolar, seus sonhos em relação à escola, mas deve, sobretudo, permitir que a comunidade escolar faça suas escolhas em relação ao que deseja para a melhor educação de todos.

Segundo Veiga (1995, p. 22), o PPP deve ser construído como a própria organização do trabalho pedagógico da escola, que é o lugar de concepção, realização e avaliação do projeto educativo. Organização essa, que deve basear-se na relação democrática e participativa, quando as decisões serão tomadas de forma coletiva, com cada membro da equipe assumindo sua parte no trabalho. Ou seja,

atividade coletiva que implica a participação e objetivos comuns, que depende, também de capacidades e responsabilidades individuais de uma ação coordenada e controlada.

Vasconcellos(2004), define Projeto Político-Pedagógico como um instrumento teórico-metodológico que visa ajudar a enfrentar os desafios do cotidiano da escola, só que de uma forma refletida, consciente, sistematizada, orgânica e, o que é essencial, participativa. É uma metodologia de trabalho que possibilita ressignificar a ação de todos os agentes da instituição .

Veiga (1998) salienta que o Projeto Político-Pedagógico não é um conjunto de planos e projetos de professores, nem somente um documento que trata das diretrizes pedagógicas da instituição educativa, mas um produto específico que reflete a realidade da escola, situada em um contexto mais amplo que a influencia e que pode ser por ela influenciado.

Segundo Gandin (2014) e Veiga (1998), o PPP se constitui de três partes fundamentais:

1. **Marco Situacional (Diagnóstico da Realidade Escolar)** - Descreve a realidade na qual desenvolvemos nossa ação. É o conhecimento da realidade sociopolítica, econômica, educacional e ocupacional. Consiste no levantamento de dados e informações sobre a escola e seu desempenho.
2. **Marco Conceitual/Referencial (Opção e Fundamentação Teórica)** - Corresponde a direção, ao horizonte maior, ao ideal da escola. É proposta de sociedade, homem, educação, escola, currículo, ensino e aprendizagem que a equipe assume. Neste Marco são expressas as grandes opções da equipe. Contém os critérios gerais de orientação da escola. É a definição da matriz teórica que propiciará a revisão do trabalho pedagógico desenvolvido pela escola.
3. **Marco Operacional (Plano de Ação)** - Orienta-nos quanto a como realizar nossa ação. É o momento de nos posicionarmos com relação as atividades a serem assumidas para transformar a realidade da escola nos diversos aspectos. Tomada de decisão de como vamos atingir nossas finalidades, nossos objetivos e nossas metas. São proposições de medidas de ação coletiva.

### **3. METODOLOGIA**

Pesquisa Qualitativa, de caráter descritivo, realizada através de Observação Participante.

Realizamos a coleta de informações acerca do Projeto Político Pedagógico da Escola Municipal de Educação Infantil e Ensino Fundamental Francisco Mendes, localizada no Assentamento Chico Mendes, município de Riachão do Poço – PB in loco, visto que integramos a equipe de docentes da referida escola e participamos do processo de reestruturação do seu PPP.

Além da pesquisa de campo, realizamos pesquisas bibliográficas, para auxiliar na análise do caso em estudo, fortalecendo o pensamento central do trabalho acerca do Projeto Político Pedagógico, permitindo o conhecimento de material relevante, tomando-se por base o que já foi publicado em relação ao tema, de modo que se possa delinear uma nova abordagem sobre o mesmo, chegando a conclusões que possam servir de embasamento para pesquisas futuras.

## **4 RESULTADOS E DISCUSSÃO**

### **4.1 O PPP da Escola Municipal de Educação Infantil e Ensino Fundamental Francisco Mendes**

Com o intuito de proporcionar um melhor desenvolvimento nas atividades desenvolvidas na Escola Municipal de Educação Infantil e Ensino Fundamental Francisco Mendes. Após análise do PPP da escola observamos a necessidade de uma reformulação na sua estrutura organizacional para uma melhor compreensão e atuação do contexto educacional da localidade escolar. Na atualidade, são diversos fatores que influenciam o sucesso ou o fracasso dos alunos na escola destacam-se alguns, dentre esses fatores, um é considerado central: a participação da família na escola. Percebemos a grande distorção idade/série, relações entre professor-aluno.

Na inquietude dessas observações surgidas a partir das atividades desenvolvidas durante os estágios probatórios, pois entende-se o Projeto Político

Pedagógico como um norteador de todas as ações da escola e precisa-se antes de qualquer atitude a consulta a esse documento para qualquer eventualidade.

Na atualidade buscamos sempre desenvolver ações que promovam um pleno exercício da cidadania, mesmo com resistências estabelecidas através da falta de conhecimento de alguns indivíduos.

Neste contexto, a educação está presente e deve ser uma instituição dentre outras responsável por este desenvolvimento. Segundo

(...) a gestão emerge para superar, dentre outros aspectos, carência: a) de orientação e de liderança clara e competente, exercida a partir de princípios educacionais democráticos e participativos; b) de referencial teórico-metodológico avançado para a organização e orientação do trabalho em educação; c) de uma perspectiva de superação efetiva das dificuldades cotidianas pela adoção de mecanismos e métodos estratégicos globalizadores para a superação de seus problemas. (LÜCK, 2011, p. 23).

Mas o que podemos observar na maioria de algumas instituições de ensino é a punição, seja por: expulsões, castigos, redução na nota da avaliação quantitativa, quando na citação anterior a autora diz “superação efetiva das dificuldades cotidianas”, quer dizer que devemos estudar o problema buscando soluções que favoreçam de forma concreta o ensino-aprendizagem. [...] a gestão educacional corresponde à área de atuação responsável por estabelecer o direcionamento e a mobilização capazes de sustentar e dinamizar o modo de ser e de fazer dos sistemas de ensino e das escolas [...].

Quando buscamos uma escola democrática, participativa e que tenha uma boa proposta pedagógica, devemos também analisar que deve-se haver um intenso trabalho em equipe. A própria LDBN 9394/96 garante isto destacando que: Art. 14: I- participação dos profissionais da educação na elaboração do projeto pedagógico da escola; II- participação das comunidades escolares ou equivalentes.

Para uma gestão ativa é preciso que o planejamento eficaz, é preciso que haja um roteiro com critérios a serem seguidos, Segundo Fraidenaich, (2011, p.27), é preciso

(...) definir junto com todos os segmentos que atuam na escola os padrões de desempenho de qualidade e cuidar para que sejam atingidos; analisar comparativamente os indicadores dos últimos anos identificando os avanços e os pontos em que é necessária maior concentração de esforços.



Observamos o PPP da Escola Municipal de Educação Infantil e Ensino Fundamental Francisco Mendes, e destacamos a falta de algumas informações necessárias para uma boa proposta pedagógica de uma escola, pois sabemos que este documento define a identidade da escola, e é a partir dele que todos deveram caminhar para um bom ensino e aprendizagem.

A escola deve ser um espaço onde todos participem do planejamento e execução de todas as suas ações, onde o conjunto de valores, normas e relações obedecem a uma dinâmica singular e viva” (VEIGA e RESENDE, 1998).

A escola está organizada basicamente em instancias colegiadas tais como, Conselho Escolar, Conselho de Classe, Associação de Pais e Mestres (APM) e o Grêmio Estudantil (ibid, p. 114). A constituição do **Conselho de Escola**, que é “um colegiado formado por todos os segmentos da comunidade escolar: pais alunos, professores, direção e demais funcionários.” (Ciseki In, MEC, 1998, p. 49), ao nosso ver é o primeiro passo para a autonomia e a gestão democrática da escola pública, sendo o segundo passo, a construção de forma democrática e participativa do Projeto Político-Pedagógico.

Através de um PPP é que a escola pode desenvolver todas as ações sociais necessárias durante um ano letivo, e deve ser reformulado e estudado com o apoio de todos pelos menos uma vez no ano, é preciso que a escola objeto do estágio verifique seu PPP e veja a necessidade de reformulação do PPP, para que sejam implementados projetos direcionados a Violência na escola, Higiene e Saúde, Programa de Correção de fluxo, Projeto de relações humanas.

A escola possui um PPP desatualizado onde encontra-se apenas aspectos históricos do município não contextualizando os aspectos sociais onde a escola está inserida. É importante ressaltar que no processo de gestão democrática da escola pública, é preciso que seu PPP seja bem fundamentado e articulado com todos os membros da comunidade escolar, pois sem as ações em conjunto não construiremos um alunado com o devido interesse e participação no ambiente escolar. Mesmo sabendo que o contexto escolar também interfere neste processo, portanto que família e escola devem andar juntas com um objetivo comum.

Salientamos também que o documento não possui os três marcos fundamentais: Situacional, Conceitual e Operacional. O Situacional ainda encontra-se presente, mas como já destacamos, apresenta apenas os aspectos históricos,

estando ausentes a caracterização do espaço em que a escola está inserida, a apresentação da realidade vivenciada na escola, no que diz respeito ao planejamento, avaliação, currículo, inclusão, dentre outros. Está omissa também a descrição das problemáticas enfrentadas pela escola.

Por se tratar de uma escola do campo e com turmas multisseriadas, encontramos grandes dificuldades para um desenvolvimento de atividades que valorizem a evolução do currículo escolar e conseqüentemente o ensino e aprendizagem dos alunos, que hoje além dos pontos a serem desenvolvidos em sala de aula, devem envolver principalmente o contexto social da comunidade escolar.

## **5 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A organização da escola e sua gestão devem garantir que a educação se faça com a melhor qualidade para todos, possibilitando, desta forma, que a escola cumpra sua função social e seu papel político institucional, pois estas mudanças estão exigindo da administração na educação e dos educadores a tarefa de traduzir as determinações do mundo em que vivemos, em conteúdos que possibilitem uma sociedade humana e cidadã, forte e capaz de enfrentar estes e outros desafios que estão por vir.

É preciso enfrentar os desafios democratizando realmente a instituição educativa. Trazer o aluno e sua família para dentro da escola, propiciando sua permanência. O diretor deve ser, antes de tudo, um educador, um articulador e exercer sempre liderança democrática que seja capaz de dividir o poder de decisão e de deliberação sobre os assuntos escolares com professores, funcionários da escola, pais de alunos, alunos e comunidade escolar, criando e estimulando a participação de todos. Isso não significa abrir mão de responsabilidades ou funções ligadas ao seu cargo.

A democracia não se garante por si só nem por meio de discursos dissociados de práticas coerentes com eles. Tanto no âmbito da sociedade quanto no interior da escola, a democracia precisa de mecanismos que garantam sua construção e continuidade. Portanto, é importante que a prática pedagógica da escola e o trabalho desenvolvido pelo professor em sala de aula dêem testemunho desses valores democráticos no ambiente escolar. A gestão democrática

caracteriza-se por entender que todos devem conhecer os princípios da gestão e interferir nos processos que eles orientam, decidindo os rumos que a escola deverá tomar.

A participação significa o compartilhamento de resultados, essencial para que sejam feitos os ajustes no processo educativo e nas políticas educacionais, com vistas a garantir a justiça social. A participação da comunidade é um componente essencial para o sucesso do processo educativo, porque a educação não se realiza sem a sua contribuição e sua presença é indispensável na gestão da educação e na avaliação das políticas educacionais.

## ABSTRACT

The institutionalization of democracy has stimulated the process of changing the way they manage schools in Brazil, redistributing responsibilities through participation in the school community, through the construction of a Political-Pedagogical Project (PPP) committed to the promotion of a quality education for all. This article analyzes the political-pedagogical project of the Municipal School of Early Childhood Education and Elementary Education Francisco Mendes, located in Chico Mendes Settlement - Riachão Pit - PB, considering the process experienced for its construction. Regarding the methodology, it is a qualitative research, descriptive and bibliographical conducted through participant observation. The theoretical framework was developed based on contributions from leading scholars in the field, such as: Veiga (1995.1998) Gandin (2014), Vasconcelos (2004), among others. It is believed that PPP is one of the most important tools for identity construction of each school, making it exercises its right to difference, uniqueness, transparency, solidarity and participation in the network.

Keywords: Democratic Management. Political-Pedagogical Project. School.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BORDIGNON, Genuíno; GRACINDO, Regina Vinhaes. Gestão da educação: o município e a escola. In FERREIRA, Naura Syria Carapeto e AGUIAR, Márcia Angela da S. **Gestão da Educação: impasses, perspectivas e compromissos**. São Paulo: Cortez, 2001. p.147-178.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Promulgada em 05 de outubro de 1988. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2000.

BRASIL. **Lei nº 9.394/96, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília: Diário Oficial da União, 19 de fevereiro de 1998.

DEMO, Pedro. **Desafios Modernos da Educação**. 7 ed. Petrópolis: Vozes, 1998.

GADOTTI, Moacir. **O Projeto Político-pedagógico da Escola na perspectiva de uma educação para a cidadania**. Disponível em: [www.moodle.ufba.br/file.php/.../Projeto\\_Politico\\_Ped\\_1998.pdf](http://www.moodle.ufba.br/file.php/.../Projeto_Politico_Ped_1998.pdf) Acesso em: 27 de Julho de 2014.

GADOTTI, Moacir. **Perspectivas atuais da educação**. Porto Alegre: Artes Médicas, 2000.

GANDIN, Danilo. **A Posição do Planejamento Participativo entre as Ferramentas de Intervenção na Realidade**. Disponível em: <http://www.curriculosemfronteiras.org/vol1iss1articles/gandin.pdf> Acesso em: 17 de julho de 2014.

GASKELL, G. **Pesquisa qualitativa com texto imagem e som: um manual prático**. Petrópolis: Vozes, 2002.

LIBANEO, Jose Carlos; OLIVEIRA, Joao Ferreira de; TOSCHI, Mirza Seabra. O sistema de organização e de gestão da escola: teoria e prática. In: LIBÂNIO, J.C.; OLIVEIRA, J.F. de; TOSCHI, M.S. **Educação Escolar: políticas, estrutura e organização**. São Paulo: Cortez, 2003. p. 315 – 378.

LÜDKE, Menga; ANDRÉ, Marly E. D.A. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas**. São Paulo: EPU, 1986..

MEC. **Como elaborar o Plano de Desenvolvimento da Escola: aumentando o desempenho da escola por meio do planejamento eficaz**. Brasília: Fundescola/DIPRO/FNDE/MEC, 2006.

PIMENTA, Selma Garrido. Questões sobre a organização do trabalho na escola. In: BORGES, Abel S. (org). et. al. **A autonomia e a qualidade do ensino na escola pública**. Série Idéias, 16. Edição especial. São Paulo. FDE, 1995.

PINHEIRO, Maria Eveline. **O projeto político-pedagógico e a formalização da gestão democrática**. Coleção Veredas – Formação superior de professores: módulo 4 – volumes 1, 2, 3 e 4, Belo Horizonte: SEE-MG, 2002. p. 143-167.

Revista Nova Escola – **Gestão Escolar**. Ano II, Nº 11, Dezembro 2010/Janeiro 2011.

SILVA, Maria Geraldina Aquino. **Conselho escolar: estrutura da gestão democrática, mecanismos de ingerência na escola ou figura de retórica?** 143 f. (Dissertação de Mestrado). Brasília: Universidade Católica de Brasília, 2002.

SOUSA, José Vieira. **Gestão democrática: um caminho para a construção da autonomia na escola**. Coleção Veredas – Formação superior de professores: módulo 4 – volumes 1, Belo Horizonte: SEE-MG, 2002. p. 153-183.

TEXEIRA, Lúcia Helena G. **Educação e democracia: qualidade para que e para quem.** Coleção Veredas – Formação superior de professores: módulo 2 – volume 2, Belo Horizonte: SEE-MG, 2002. p. 139-165.

VASCONCELLOS, Celso dos Santos. **Planejamento: Projeto de Ensino-Aprendizagem e Projeto Político-Pedagógico – elementos metodológicos para elaboração e realização.** São PAULO: Libertad, 2004.

VEIGA, Ilma Passos A. (Org.) **Projeto político pedagógico da escola: uma construção possível.** São Paulo: Papirus, 1995.

VEIGA, Ilma Passos A.; RESENDE, Lúcia Maria G. de. (Org.) **Escola: espaço do projeto político pedagógico.** Campinas: Papirus, 1998.

VEIGA, Ilma Passos Alencastro. **Escola: espaço do Projeto Político-Pedagógico.** Campinas: Papirus, 1998.

VEIGA, Ilma Passos Alencastro. Projeto político-pedagógico: uma construção coletiva. In: VEIGA, Ilma Passos Alencastro (Org.) **Projeto político-pedagógico da escola: uma construção possível.** 15.ed. Campinas: Papirus Editora, 2002.